

## **O pastoreio de percurso no sistema de exploração de ovinos em Trás-os-Montes**

J. Carlos Barbosa<sup>1</sup>, José Portela<sup>2</sup>

### **Resumo**

A partir de um estudo realizado em Trás-os-Montes, entre 1990 e 1993, fez-se a caracterização e análise do sistema tradicional de exploração de ovinos. Posteriormente, até 1998, seguiu-se um trabalho que possibilitou alargar o conhecimento deste sistema.

Adoptou-se uma perspectiva sistémica e tomaram-se cinco elementos constituintes: o pastor; o rebanho; o manejo; o espaço; e a comunidade. É a partir das interligações entre estes elementos e da gestão dos condicionalismos entre eles, que se fundamenta o sistema tradicional de exploração.

O pastor é, na maioria dos casos, o dono do rebanho e a sua relação com a actividade não é puramente empresarial. Este é, geralmente, um “negócio de família”, onde o “saber fazer” é a alma do negócio.

Num sistema de exploração tradicional, os rebanhos estão muitas vezes sujeitos a condições adversas, como, por exemplo, o pastoreio associado a longas caminhadas em trajectos por locais de difícil acesso. Os animais das raças autóctones estão adaptados ao sistema tradicional de exploração e conseguem níveis de produção muito favoráveis face aos condicionalismos inerentes àquele sistema.

As condições orográficas e edafoclimáticas de cada região vão influenciar e condicionar as formas de uso e utilização do solo e, portanto, interferir, em certa medida, com a gestão do espaço de pastoreio. Este espaço é utilizado na satisfação racional das necessidades alimentares do rebanho.

O manejo alimentar é a técnica de manejo mais marcante; e o pastoreio de percurso é uma das características definidoras do manejo neste sistema. O rebanho aproveita recursos vegetais e pastagens marginais que, na maioria dos casos, não teriam qualquer outro tipo de utilização.

O papel do pastoreio de percurso e a definição (ou escolha) dos percursos deve ser analisada no quadro da gestão anual dos recursos alimentares disponíveis, e da sua variação ao longo do ano. Com o pastoreio de percurso, o pastor potencia o aproveitamento dos recursos alimentares naturais e consegue ultrapassar as épocas de escassez alimentar. Mas

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto. Engenharia Rural. Escola Superior Agrária de Bragança.

<sup>2</sup> Professor Catedrático. Sociologia Rural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

para tal, o pastor tem que gerir as suas relações (de cooperação e conflito) com a comunidade, as quais determinam em larga medida as relações com o território local, em particular o espaço de pastoreio.

A comunidade, que engloba quer estruturas sociais locais quer instituições, vai criando normas, regras, usos e costumes que o pastor tem que adoptar na sua actividade e que podem condicionar, de forma positiva ou negativa, a sua evolução.

O sistema tradicional de exploração de ovinos resulta de uma articulação, bem conseguida, entre os interesses do pastor/criador e as condições específicas do meio onde está inserido. Revela ser racional e equilibrado, na forma de utilização de recursos marginais. Revela ser capaz de gerar riqueza sem grandes custos nos factores de produção; e de uma forma vantajosa, sob o ponto de vista ambiental. Qualquer intervenção institucional deveria ter em atenção a interdependência e complementaridade entre os elementos constituintes deste sistema tradicional de exploração.

### **Palavras-Chave:** Pastoreio; Ovinos; Sistema de Exploração

#### 1- Introdução

Abordamos aqui o sistema de exploração de ovinos em Trás-os-Montes. Isto é, atentamos no conjunto dos elementos e componentes que, estando relacionados e interagindo entre si, dão forma à actividade de exploração de ovinos naquela região. O conhecimento que temos deste sistema de exploração resulta de um estudo realizado no concelho de Bragança, que decorreu de 1990 a 1993, em que se fez, de uma forma global, a caracterização e análise do sistema tradicional de exploração de ovinos (Barbosa, 1993)<sup>3</sup>. Posteriormente, até 1998, seguiu-se um trabalho de investigação que possibilitou alargar esse conhecimento a uma área geográfica mais vasta, abrangendo as duas unidades de nível III (NUTS III) Alto Trás-os-Montes, com 14 concelhos; e Douro, com 19 concelhos. Ao conjunto destas duas unidades vamos chamar, genericamente, Trás-os-Montes<sup>4</sup>, coincidindo este espaço com a área de influência da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (Fig. 1). Entre 1990 e 1998, o trabalho envolveu a recolha organizada de informação através de entrevistas a mais de quatrocentos pastores e a mais de cem autarcas das Juntas de Freguesia.

---

<sup>3</sup> Renova-se aqui o agradecimento ao Professor Doutor Agostinho de Carvalho pelo incentivo e apoio na preparação e realização inicial do trabalho de investigação, no âmbito do mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural.

<sup>4</sup> Sobre a diversidade socio-geográfica de Trás-os-Montes ler, por exemplo, V. Taborda (1987) e J. Portela (1989).

Na generalidade das explorações que se dedicam a esta actividade no interior Norte do país, a criação de ovinos é feita segundo modelos de sistemas de exploração extensivos.



Fig.1- Área geográfica das regiões de Alto Trás-os-Montes e Douro

Embora de modo breve, enquadremos teoricamente esta primeira observação. Importa referir que a variação dos sistemas de exploração, desde um sistema ultra-extensivo a um sistema ultra-intensivo, é gradativa e a sua classificação dependerá dos critérios considerados ou do ponto de vista da abordagem que se pretende. Assim, as formas mais frequentes de classificação estão baseadas nas diferenças quanto ao produto final ou no grau de utilização do território e intensidade produtiva (Lavín *et al*, 1996). Quanto ao grau de utilização do território e intensidade produtiva, a classificação tradicionalmente aceite considera a existência de sistemas intensivos e sistemas extensivos, cada um com as suas subdivisões (Coop e Devendra, 1982). Os sistemas extensivos subdividem-se, relativamente ao pastoreio, em: sistema extensivo; muito extensivo; transumante; e nómada (Cunningham, 1982).

O sistema de pastoreio extensivo está orientado para a venda de cordeiros, lã e recria. Localiza-se, fundamentalmente, em Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Nova Zelândia e na zona Este dos Estados Unidos da América e caracteriza-se por uma baixa densidade ou concentração de animais por unidade de superfície; pelo recurso aos pastos naturais como base alimentar que se podem associar, em maior ou menor grau, com pastagens melhoradas; por baixa produção vegetal por unidade de superfície e por ano, disponível para os ovinos, devido às características topográficas, climáticas e geográficas das regiões onde se pratica este sistema; e por haver variações muito significativas na produção e no valor nutritivo dos pastos naturais ao longo do ano (Cunningham, 1982).

Como dissemos, no geral, a criação de ovinos em Trás-os-Montes inscreve-se no modelo dos sistemas extensivos e segue usos e costumes tradicionais que se mantêm desde há longo tempo. Estes referem-se, sobretudo, às formas de utilização da terra e gestão do território; aos modos de regulamentação do pastoreio; às práticas de manejo e o seu ajustamento às condições do meio e às relações sociais, em particular às formas de resolução dos conflitos. Pelo grande peso que têm os usos e costumes seculares, este sistema extensivo pode ser designado como um sistema tradicional.

O pastoreio de percurso é a principal característica do sistema tradicional de exploração de ovinos. É a base da alimentação dos rebanhos e condiciona, também, as técnicas de manejo. Designámos por pastoreio de percurso aquele em que o rebanho se desloca por terrenos sem utilização agrícola. Ou, em caso contrário, a “invasão” dos animais só ocorre após a colheita e durante o período em que a terra está momentaneamente desocupada. Assim, os ovinos alimentam-se de recursos vegetais naturais e de subprodutos de culturas agrícolas que não teriam qualquer outro tipo de aproveitamento.

O trajecto diário do rebanho durante o pastoreio de percurso cobre um vasto leque de terrenos com tipos de ocupação vegetal variados. Assim, a dieta alimentar diária dos ovinos tem, como fonte de nutrientes alimentares, uma grande diversidade de espécies vegetais que, a título de exemplo, vão desde a grande variedade de plantas herbáceas espontâneas, às plantas arbustivas (giestas, urze, esteva, arçã, carqueja, etc.), de que aproveitam as partes mais tenras, e às espécies arbóreas (carvalho, freixo, oliveira, castanheiro, amendoeira, etc.), de que aproveitam as folhas e ramagens.

O itinerário quotidiano feito pelo pastor e seu rebanho não é errático, não é fruto do acaso. A passagem pelos diferentes tipos de terrenos obedece a algumas regras e a uma dada racionalidade. Por exemplo, a utilização do monte é feita preferencialmente durante a manhã e as melhores pastagens, com plantas mais verdes, são utilizadas preferencialmente ao fim da tarde. As razões que justificam o exemplo apontado são, entre outras, o facto de a vegetação do monte, geralmente arbustiva, estar mais tenra da parte da manhã, após um período nocturno com valores de humidade do ar mais elevados e com temperaturas mais baixas, e a

necessidade de, ao fim do dia, deixar o rebanho bem alimentado, para enfrentar o período de recolha até ao dia seguinte.

## 2- O sistema tradicional de exploração de ovinos

Para caracterizar e melhor compreender a actividade de exploração de ovinos, na sua globalidade e com todas as suas inter-relações, é vantajosa a abordagem numa perspectiva sistémica. Os sistemas pastoris são complexos e o estudo do seu funcionamento assim como a sua análise são facilitados pela elaboração e utilização de modelos desse sistema (Sorensen e Kristensen, 1992; Osty e Landais, 1993).

A partir dos três elementos estruturais básicos de um sistema de produção animal - animais, recursos vegetais, seres humanos - é possível identificar vários níveis de organização a que correspondem diferentes condições no processo de tomada de decisão (Balent e Smith, 1993). No nosso caso, pretendemos fazer uma abordagem global, não limitada a um dado nível. Assim, o modelo proposto para representar o sistema tradicional de exploração de ovinos (Fig. 2) apresenta cinco elementos - o pastor; o rebanho; o espaço; o manejo; e a comunidade - e respectivas componentes, que procuram abranger vários níveis e reflectir a complexidade deste sistema tradicional (Barbosa, 1993).

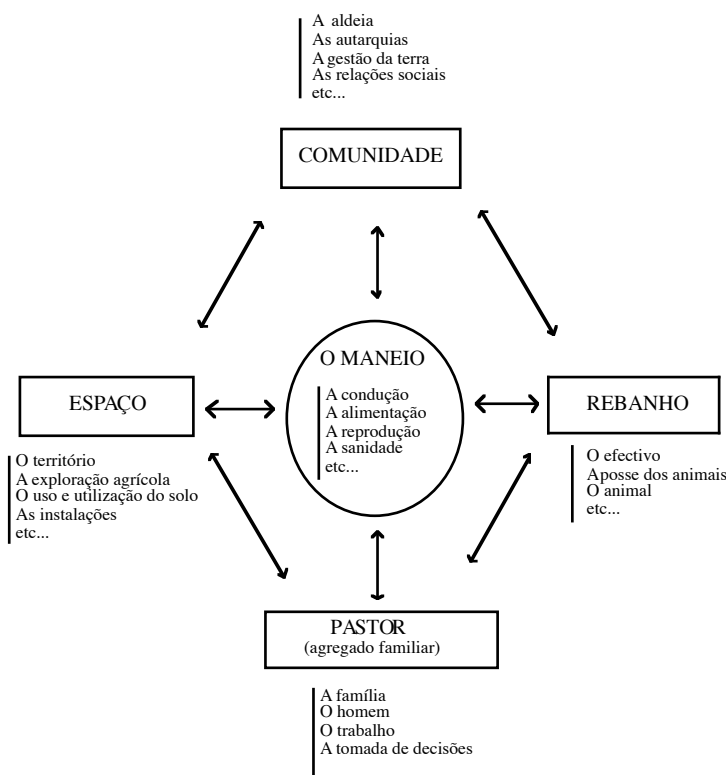


Fig. 2- Modelo do sistema tradicional de exploração de ovinos e representação dos níveis de análise

## 2.1- O pastor

O homem tem uma acção vital no funcionamento do sistema, assumindo o papel de decisor e de actor. Como decisor cabe-lhe: a gestão dos recursos naturais, num dado espaço e ao longo do tempo, segundo várias dimensões, designadamente as alimentares; a gestão das técnicas de manejo do rebanho; a gestão das relações com os vizinhos da sua comunidade e com os agentes externos. Como actor cabe-lhe a execução das tarefas e técnicas de produção.

O pastor tem uma actividade exigente e pouco atractiva. Ser pastor é ter um modo de vida duro, o qual resulta, entre outros, do conjunto de traços seguintes: necessidade de sair diariamente com o rebanho, sem o gozo de feriados ou fins-de-semana; sujeição a certo isolamento social quotidiano e às condições climatéricas adversas em pleno campo ou monte, principalmente no Inverno; pastoreio nocturno durante o Verão, por vezes até de madrugada; as refeições feitas em pleno campo com alimentos trazidos de casa desde a saída, de manhã; necessidade de carregar os cordeiros nascidos no campo, que ainda não conseguem caminhar, o que se torna cansativo e incómodo quando se trata de vários animais.

Para quem nunca teve ligações a esta actividade pecuária, ou um gosto particular pelos ovinos, o modo de vida pastoril não é apelativo. Verifica-se que a tradição familiar tem um grande peso no processo de se enveredar pela actividade. Na generalidade dos casos, os pastores habituaram-se desde pequenos a lidar com as ovelhas e foi com os pais que aprenderam a tratar do rebanho. Essa convivência e o contacto contínuo com os ovinos contribui para que se desenvolva neles uma afeição particularmente sentida, aquilo que os pastores designam “o gosto por estes animais”. O que não é, tudo o indica, coisa de somenos, pois é frequente achar insucessos entre produtores de ovinos sem tradição familiar. É o caso de vários jovens agricultores que iniciaram a actividade no âmbito dos programas de apoio aos projectos de investimento mas que abandonaram, ou declaram vir a abandonar, logo que possível, a actividade. Nalguns casos esta só persiste porque a opção contrária obrigaria à devolução dos montantes das ajudas já recebidas.

Para guardar e conduzir o rebanho nas condições em que o fazem é preciso ter um conhecimento específico, um “saber fazer” próprio, adquirido ao longo de anos de aprendizagem. Esse “saber fazer” implica saber escolher os percursos de pastoreio, de acordo com a época do ano; saber agrupar os animais e saber conduzi-los, para o que, geralmente, utilizam sons e assobios próprios; saber guardar o rebanho, o que implica o uso do cajado e precisão no arremesso de pedras; e conhecer as ovelhas do seu rebanho. Praticamente todos os pastores têm um conhecimento individualizado de cada animal do rebanho, mesmo quando é da ordem das centenas de animais, sabem as idades, quem são as mães, as manias e modos de comportamento, e a historia sanitária de cada animal. A importância do “saber fazer”

justifica o dito muito apropriado de que “não é pastor quem quer, mas quem sabe”<sup>5</sup>. Em suma, relativamente ao sistema tradicional de exploração de ovinos em Trás-os-Montes podemos dizer que se trata de um “negócio de família”, onde o “saber fazer” é a alma do negócio.

Actualmente o pastor é, na maioria dos casos, o proprietário dos animais do rebanho. A título de exemplo, o número de assalariados, rendeiros e de exploração em parceria é, no seu conjunto, inferior a 5% do total de pastores entrevistados. Encontrámos muitos ex-emigrantes a exercer a actividade que afirmam ter sido com o pecúlio granjeado no estrangeiro que adquiriram as ovelhas e iniciaram a actividade por conta própria. Porém, no passado eram muito frequentes os casos de exploração em parceria, como os “rebanhos a ganho” ou, mais frequentes, os “rebanhos a meias”<sup>6</sup>. Hoje em dia, ainda se encontram alguns exemplos de “rebanhos a meias”, principalmente no sul de Trás-os-Montes.

A exploração de ovinos, sendo quase sempre a principal actividade, integra-se numa exploração agrícola que se dedica a outras actividades agrícolas ou pecuárias, tanto de auto-abastecimento como de rendimento. Isso implica a repartição de tarefas entre os membros do agregado familiar. O chefe de família, que geralmente trata do rebanho, é substituído nesta função por outro membro da família se é necessário que execute algum trabalho fisicamente mais exigente, ou que implique alguma perícia, como alguns trabalhos com máquinas agrícolas.

O pastor tem necessidade de manter consolidadas as boas relações com os vizinhos da aldeia e saber superar possíveis situações de conflito. A oposição, má-vontade aberta, ou mesmo a simples reserva latente de todos ou vários vizinhos pode comprometer a sua actividade, pois o pastoreio de percurso implica a noção de “direitos de passagem” do rebanho por terrenos públicos, baldios e mesmo privados. As boas relações de vizinhança são mantidas e reforçadas pela troca de serviços ou, mais frequentemente, de bens. Assim, é muito comum os pastores usufruírem dos pastos e instalações de outrem por via da “troca” de estrume, cordeiros, leite ou queijo<sup>7</sup>.

O pastor e o pastoreio de percurso têm um papel importante na preservação do ambiente e da paisagem. Não recorrendo a factores de produção intensivos, é reduzida a utilização de energia e de agroquímicos pelo que, esta actividade se mostra vantajosa, do

---

<sup>5</sup> Sobre o saber local ler, por exemplo, J. Portela (1994).

<sup>6</sup> Os regimes de “gado a meias” e de “gado a ganho” apresentam, de região para região, muita variação e algumas variantes. Em termos gerais, no “gado a meias” os animais pertencem ao “dono do gado” e toda a produção (cordeiros, leite, lã) é dividida em partes iguais entre o pastor e o “dono do gado”. No final do contrato o pastor tem de entregar um rebanho com o mesmo número de animais com que iniciou o contrato. No “gado a ganho” o rebanho, pertença do “dono do gado”, é avaliado no início do contrato de parceria. Findo o contrato, o gado é vendido, ou avaliado, e o lucro é dividido em partes iguais pelo pastor e pelo “dono do gado”. Se houver prejuízo, este é, também, repartido pelos dois. Enquanto que no “gado a meias” o pastor não se arrisca a ter de repor dinheiro, no “gado a ganho” existe essa possibilidade. Isto, se o valor do rebanho, no fim do contrato, for inferior ao seu valor inicial.

<sup>7</sup> Sobre esta questão da “troca” e suas variadas “moedas” ler, por exemplo J. Portela (1986).

ponto de vista ambiental. Este tipo de pastoreio tem uma acção de controlo e limpeza da vegetação nos pousios, incultos e matas, o que pode contribuir para a redução do risco de incêndios. A passagem dos animais permite a fertilização do solo que, em muitos locais, não teriam qualquer outra forma de melhoramento da sua fertilidade.

O pastor, ao fazer pastoreio de percurso com o seu rebanho, está a aproveitar recursos naturais que não teriam qualquer outro tipo de utilização, assim conseguindo produzir sem incorrer em grandes custos na obtenção dos factores de produção. Em regra, não há utilização excessiva da pastagem natural, pois o pastor tem a noção de que deve proteger as zonas onde faz pastoreio, a fim de não comprometer as disponibilidades futuras de alimento para o rebanho.

Concluamos este breve resumo sobre o pastor como elemento constituinte do sistema tradicional de exploração de ovinos, referindo que, no nosso trabalho, nada aponta para dar como válidas algumas ideias correntes sobre as pessoas que se dedicam à criação de rebanhos de ovinos. Face à informação que recolhemos, não é admissível dizer que o pastor é “o idoso”, “o tolinho”, ou “o pobre”. De facto, a média de idades dos pastores entrevistados, aquando da realização do trabalho no concelho de Bragança, era de 42 anos; e no trabalho posterior, as maiores frequências observam-se, em primeiro lugar, no grupo etário dos 40-50 anos; em segundo lugar, no grupo dos 30-40 anos; e em terceiro lugar, no grupo dos 50-60 anos. Quanto à existência de pastores com deficiência mental, encontrámos quatro casos: dois eram assalariados e os outros dois eram familiares do proprietário do rebanho. Relativamente ao nível económico, pode-se inferir (no contacto com o pastor, entrando na sua casa e conhecendo a sua família), que não está abaixo dos restantes vizinhos da aldeia. O estudo quantitativo do rendimento dos criadores de ovinos, que realizámos no concelho de Bragança, revelou que a relação entre o rendimento mensal por UHT (Unidade-Homem de Trabalho) e o salário mínimo nacional variava entre 1,2 e 2,7. Geralmente, os valores mais altos para essa relação correspondem a explorações agrícolas em que é maior o peso relativo da produção ovina na composição do Produto Bruto (Barbosa, 1993).

## 2.2- O rebanho

Os produtos resultantes da exploração dos ovinos que podem dar rendimento ao pastor são a carne (venda de cordeiros); o leite, geralmente destinado ao fabrico de queijo; o estrume, que raramente é vendido, mas pode ser usado para pagamento de pastos ou instalações. A lã tem um valor comercial muito baixo e raramente compensa os custos da tosquia. Alguns criadores têm uma actividade, regular e relativamente importante, de compra e venda de animais adultos (ovelhas), o que lhes proporciona uma parte significativa do seu rendimento.

A Norte, na zona da Terra Fria, desde o Barroso ao Planalto Mirandês, a produção está orientada para a venda de cordeiros e as ovelhas nunca são ordenhadas. Na maioria das explorações da zona da Terra Quente e da região do Douro as ovelhas são ordenhadas durante grande parte do ano e daí provém a maior fatia do rendimento da exploração, embora a venda dos cordeiros também represente um contributo importante nesse montante.

Quanto à dimensão dos efectivos, quase se pode dizer que o tamanho dos rebanhos cresce do ocidente para oriente. No distrito de Vila Real a maioria dos criadores tem menos de 100 ovinos e são muito frequentes os rebanhos mistos, de ovelhas e cabras. Neste distrito, alguns concelhos têm menos ovinos que alguns rebanhos da zona do Planalto Mirandês. Nos concelhos de Bragança, Vinhais, e outros concelhos a sul, são muito frequentes os rebanhos entre 130 e 180 animais. No Planalto Mirandês e em toda a região, junto à fronteira, aparecem muitos rebanhos com mais de 200 animais. Foi nesta região que encontramos o maior rebanho, cujo efectivo, que acompanhámos ao longo de um ano, variou, nesse período, entre 550 e 800 animais adultos.

Os efectivos referem-se os animais adultos, ovelhas e carneiros. Mas, o rebanho comporta outros animais como, cordeiros, borregos e malatas, cujo número tem grandes oscilações ao longo do ano. O número de carneiros num rebanho é, geralmente, de um carneiro por trinta ovelhas.

De facto, os rebanhos com maior número de animais, assim como os efectivos médios mais altos, encontram-se junto à fronteira com Espanha, tanto nas zonas de produção de carne como de produção de leite. Este facto dever-se-á a várias razões mas, fundamentalmente, à difusão do cão-pastor. Tecnologia recente, vinda de Espanha, de onde são originários praticamente todos os cães-pastor existentes, constitui uma excelente ajuda para a condução do rebanho e protecção das culturas onde os ovinos estão proibidos de entrar. As tarefas de condução e a vigilância são facilitadas, permitindo que o pastor aumente o tamanho do rebanho sem acréscimo de mão-de-obra.

Os rebanhos dedicados à produção de leite são, no geral, mais pequenos, o que se compreende pelo facto da ordenha implicar um acréscimo diário de trabalho. Com as ovelhas a serem ordenhadas manualmente duas vezes por dia, muitos pastores chegam, nalgumas épocas do ano, a dispender mais de seis horas diárias na extenuante tarefa da ordenha.

Na área de Montalegre observam-se rebanhos que têm um efectivo acima da média dessa zona (mais de 300 animais) mas integram sub-rebanhos de vários proprietários que fazem pastoreio em comum. A guarda e condução do rebanho é feita seguindo a prática da vezeira, ou por um pastor assalariado.

Actualmente, ao contrário do que sucedia há algumas décadas atrás, na maioria dos rebanhos os animais pertencem ao pastor. Embora ainda haja rebanhos “a meias”, este tipo de parceria tem vindo a diminuir e surge, principalmente, a sul da Terra Quente. As “ovelhas à

guarda” são igualmente cada vez menos frequentes, mas ainda aparecem nalguns rebanhos orientados para produção de carne.

A região de Trás-os-Montes engloba, no todo ou em parte, a área geográfica de várias raças autóctones de ovinos. A sua localização, em termos gerais, é a seguinte: a Bordaleira de Entre Douro e Minho, a ocidente; a Galega Bragançana, a norte; a Galega Mirandesa, a leste; a Churra da Terra Quente e a Badana, na região da Terra Quente; e a Mondegueira, a sul. Para algumas raças, o número de ovinos existentes é muito reduzido.

No sistema de exploração tradicional, com o pastoreio de percurso, os rebanhos estão muitas vezes sujeitos a condições adversas, como, por exemplo, a sujeição às condições climáticas e às longas caminhadas em trajectos por locais de difícil acesso. Os animais das raças autóctones estão adaptados ao sistema tradicional de exploração e conseguem níveis de produção muito favoráveis face aos condicionalismos inerentes àquele sistema.

Segundo os pastores, as raças autóctones têm as vantagens essenciais seguintes: boa adaptação ao meio e às condições climáticas do meio onde se inserem; resistência às longas caminhadas que, em termos médios, oscilam entre 4 a 6 km diários; capacidade de aproveitamento dos pastos ao longo do percurso; qualidade da produção. Dentro da área de cada raça autóctone, quando se interrogam os pastores sobre as características e feições que ele aprecia e gosta de ver numa ovelha, verifica-se uma grande uniformidade e coincidência de opiniões. Isto significa que os pastores têm um padrão quase unânime, para os animais de raça autóctone da sua região.

Além dos animais das raças autóctones, encontram-se, também, animais de outras raças, ou resultantes de cruzamentos entre raças (e, por isso, designados “cruzados”). Nos rebanhos de produção de carne, a introdução de raças exóticas faz-se, na maioria dos casos, com a compra de um ou dois machos reprodutores, sendo poucos os rebanhos em que houve, também, a aquisição de ovelhas. Muitas vezes os descendentes desses cruzamentos, os cruzados, são adquiridos por outros pastores. Das raças exóticas, os Merinos são os animais mais frequentes. Mais recentemente, e junto da fronteira, aparecem alguns exemplares de Churra Castelhana, raça autóctone da vizinha Comunidade espanhola. Dos pastores que experimentaram animais de outras raças, principalmente os primeiros a fazê-lo, quase todos retornaram à raça autóctone ao fim de poucos anos. Se mantêm animais dessas raças, ou cruzados, eles têm pouca expressão quantitativa no rebanho.

Nalgumas aldeias de zonas onde predomina a produção de leite, verificou-se, nos anos recentes, a introdução de ovelhas de raças exóticas vocacionadas para a produção de leite, principalmente de raça Assaf, ou cruzadas desta raça e de animais provenientes de Espanha. Segundo os criadores, estas raças produzem mais leite, por animal, mas, o rendimento deste leite, no fabrico de queijo, é inferior.

Há algumas técnicas próprias para guardar e conduzir o rebanho em pastoreio. Estas técnicas referem-se à forma como o rebanho se dispõe e se está mais ou menos disperso; à

posição do pastor relativamente aos animais; à rapidez de avanço dos animais; e às formas de fazer o rebanho parar ou iniciar a marcha. Estas dependem do local onde se encontra o rebanho e variam conforme se está, por exemplo, em campo aberto, numa mata, ou na proximidade de culturas que devem ser guardadas. As técnicas utilizadas são praticamente iguais em todas as regiões mas verificaram-se algumas alterações nas zonas onde houve introdução de cães-pastor. Estes facilitam e reduzem o trabalho do pastor. Porém, nem todos os pastores tiram todo o proveito destes cães. Assim é, por exemplo, entre os que não possuindo a capacidade de ensinar os cães-pastor adquiriram exemplares muito jovens e não treinados, e cuja aquisição foi, conseqüentemente, mais barata.

### 2.3- O espaço

Em Trás-os-Montes, as condições orográficas e edafoclimáticas variam muitíssimo, condicionando enormemente as formas de uso e utilização do solo e, portanto, a gestão do espaço de pastoreio. A fertilidade dos solos e a sua capacidade de regenerar o coberto vegetal; o tipo de culturas agrícolas predominantes; o período durante o qual essas culturas ocupam o solo; a área de plantações e o coberto vegetal que elas permitem no solo; os subprodutos gerados pelas culturas e com possível utilização forrageira; e a extensão de áreas incultas, ou de monte, são exemplos de condições diferenciadas a que se sujeitam os rebanhos em diferentes áreas. Sendo as condições diferenciadas, verifica-se que o pastor utiliza o espaço na satisfação racional das necessidades alimentares do rebanho, combinando a vegetação natural do percurso, os subprodutos e remanescente de outras culturas, as pastagens do monte e a vegetação arbustiva. Para tal, o pastor percorre com o rebanho todo o espaço que tem disponível e fá-lo de forma racional. Na gestão dos recursos tem em conta as necessidades alimentares dos animais, as épocas do ano e a melhor oportunidade de utilização alimentar de cada recurso vegetal.

O espaço de pastoreio é, dentro das limitações próprias, coincidente com o território do termo da aldeia e dentro desse espaço toda a área é passível de utilização, periódica ou permanentemente, para os percursos de pastoreio dos rebanhos. A utilização deste espaço está assente em usos e costumes tradicionais, com regras e procedimentos aceites por todos, que abrangem tanto o pastoreio em terras privadas como em baldios; tanto em incultos e pousios como em terrenos com culturas.

A qualidade e quantidade dos recursos alimentares em cada zona, dentro do termo da aldeia, vão variando ao longo do ano. Assim, o pastor vai alterando as zonas de pastoreio do rebanho de forma a acompanhar essa variação. Isto faz com que, por exemplo, em muitas aldeias, os rebanhos estejam, durante o Inverno, a fazer pastoreio mais frequentemente em determinadas zonas, e no período do Verão em zonas distintas. Nalguns casos isso implicava a deslocação temporária do rebanho, dentro do termo da aldeia, como acontecia, por exemplo,

em algumas aldeias das Serras do Larouco e Montesinho, onde os rebanhos se deslocavam, durante o Verão, para a Serra, e aí permaneciam várias semanas, aproveitando as pastagens situadas a cotas elevadas. Actualmente, isso é menos frequente e evidente, até pelo menor número de rebanhos existentes. Segundo informação de alguns pastores de uma aldeia da Baixa Lombada, chegou a haver, antigamente, deslocação de rebanhos para as pastagens de altitude da Serra de Montesinho.

É praticamente insignificante o número de pastores que dizem poder manter os ovinos em pastos de sua propriedade, e esses têm rebanhos de pequena dimensão. Desde há alguns anos, o processo de candidatura às Indemnizações Compensatórias e a outras ajudas financeiras exige que o criador de ovinos faça prova de dispor de área de pastagem que, de alguma forma, justifique o número de ovinos inscritos. Esta razão justifica o facto de, actualmente, muitos pastores possuírem parcelas arrendadas em grande quantidade. Nas aldeias onde existem baldios, essa exigência é ultrapassada com uma autorização de pastoreio, por parte da entidade que gere o baldio.

É possível encontrar várias formas de gestão do território e do pastoreio. As posturas de apascentação de gados, autárquicas (podem ser das Juntas de Freguesia ou das Câmaras Municipais) regulam, principalmente, aspectos do pastoreio, da circulação, do alojamento dos rebanhos, do pagamento de prejuízos, e da gestão das áreas sujeitas a pastoreio. No concelho de Bragança, estas posturas tiveram, há alguns anos, grande divulgação e impacto. Nos restantes concelhos, as posturas não existem ou são pouco conhecidas. No ano passado, surgiram iniciativas, no âmbito de uma associação de municípios do sul do distrito de Bragança, para a criação de posturas uniformizadas nos vários concelhos.

Uma forma de regulação tradicional do pastoreio é a sinalização das terras. Consiste na marcação das terras que o dono quer que sejam guardadas dos rebanhos. Essas marcações podem ter várias designações mas as mais frequentes são "balizas" e "malhões". Existem também várias formas de marcação, como por exemplo: um pau, espetado no solo, tendo na ponta um pano, um plástico, ou um pequeno feixe de palha; um sulco feito com a charrua em redor da terra; marcas de cal nas pedras que circundam o terreno, etc.

Em várias aldeias dos concelhos de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta existiram, até muito recentemente, numerosas associações não-formais entre proprietários de terras e criadores de ovinos, cada uma das quais vulgarmente conhecida como "a comissão". Assumiam um papel essencial na gestão do espaço e ordenamento do pastoreio. Nalguns casos a comissão definia e procedia ao rateio ou leilão das "voltas". Estas "voltas", ainda em uso em certas freguesias, consistem na divisão do termo da aldeia em tantas secções territoriais quantas o número de pastores existentes, sendo atribuída uma secção a cada pastor. Só na secção que lhe coube por arremate, ou outra forma, o pastor pode fazer pastoreio de percurso e arrendar pastos.

Um factor condicionante da escolha dos percursos e da gestão do território de pastoreio é a localização das instalações de alojamento e a localização das terras onde o pastor pode implantar instalações móveis - bardo, curral ou cancelas. Por exemplo, nas aldeias onde são definidas “voltas”, a escolha do pastor por uma determinada “volta” tem muito em conta a localização dos seus alojamentos. Nas aldeias com um termo muito vasto, e para poder fazer um aproveitamento melhor dos recursos existentes, o pastor dispõe de dois ou mais alojamentos, próprios ou arrendados, distribuídos por zonas diferentes do território. Utiliza essas instalações quando está a fazer percursos de pastoreio na respectiva zona.

Outro factor que pode condicionar a escolha dos percursos é o abeberamento dos animais, durante o Verão. Neste caso, o rebanho terá de passar, de manhã e de tarde, por um local onde seja possível dar de beber aos animais.

Nas aldeias onde se segue a prática de afolhamento, na cultura do cereal, o pastoreio está condicionado durante o período em que essa cultura ocupa o solo. Não é permitida a presença de rebanhos na zona da folha, onde se encontram as parcelas cultivadas com cereal. O afolhamento traduz, em parte, uma forma colectiva de organização. Assim, em cada ano, os agricultores fazem a sementeira nas parcelas situadas para o mesmo lado do termo da aldeia. No ano seguinte estas parcelas ficam em pousio e o cereal será semeado nas parcelas da “contra-folha”, todas elas situadas para o outro lado do termo. Actualmente, à excepção de algumas aldeias, a prática do afolhamento é pouco evidente. Como é muito menor a área cultivada, os agricultores fazem a rotação cultural nas parcelas melhor localizadas (pela sua proximidade ou facilidade de acesso a máquinas) mesmo que elas estejam todas no mesmo lado do termo da aldeia.

#### 2.4- O maneio

Numa área tão vasta como Trás-os-Montes, e com diferentes tipos de produção, são justificadas algumas diferenças nas técnicas de maneio, embora as práticas mais marcantes permaneçam semelhantes. Não se justificando aqui uma visão exaustiva, faremos uma abordagem sumária dos principais aspectos relacionados com o maneio alimentar, a condução do rebanho, o maneio reprodutivo e higio-sanitário.

No sistema tradicional de exploração, o maneio alimentar é a técnica de maneio mais importante, até porque influencia as restantes técnicas de maneio. O pastoreio de percurso é a característica mais marcante do maneio, pois é a base da alimentação dos ovinos ao longo do ano.

Os horários de pastoreio variam ao longo do ano, em função das horas diárias de luz natural, do calor e do tamanho do rebanho. Durante o Inverno os pastores saem com o rebanho após o amanhecer e andam todo o dia em pastoreio até ao escurecer. Durante o Verão os rebanhos saem de madrugada, por vezes antes das cinco horas, e andam até que o sol e o

calor, cerca das nove ou dez horas, incomodem os ovinos. São encerrados (num alojamento, curral, ou bardo) ou ficam simplesmente abrigados sob uma sombra, vigiados pelos cães de gado. A isto chamam “estiar”, ou “acarrar”, conforme a área. Depois de passadas as horas de calor, voltam a sair (geralmente entre as dezoito e as vinte horas) para pastoreio até, por vezes, a meia-noite ou mesmo mais tarde. Estes horários são, logicamente, flexíveis e função das condições climatéricas de cada dia.

O crescimento das pastagens e da vegetação natural não é uniforme ao longo do ano. As disponibilidades alimentares mostram grande oscilação, havendo épocas de abundância (por exemplo, a Primavera) e de escassez (numas zonas o Verão, noutras o Inverno). Escolhendo criteriosamente os percursos a realizar, o pastor faz a gestão dos recursos alimentares disponíveis ao longo do ano, conseguindo, no geral, ultrapassar as épocas de escassez. Em épocas de escassez o rebanho aproveita as ramagens de árvores, previamente cortadas pelo pastor; as folhas de árvores das plantações, por exemplo de oliveira, amendoeira, castanheiro, após a colheita dos frutos; e as folhas das vinhas, recursos estes que não teriam qualquer outro tipo de utilização.

O abeberamento é feito, em regra, no campo, tanto em nascentes e linhas de água, como em poços. Em muitas aldeias da Terra Quente há falta de nascentes ou de linhas de água pelo que o abeberamento é feito em bebedouros públicos ou com água transportada até bebedouros colocados próximo das instalações.

Nos rebanhos de produção de carne, o uso de forragem e pastagens melhoradas é esporádica, mas a sua utilização tem vindo a aumentar. O feno é usado quando as condições invernais dificultam o pastoreio; as pastagens melhoradas, ferrã ou aveia, para épocas de escassez alimentar. Tem vindo a aumentar a utilização de feno e concentrado, este em casos mais raros, como suplemento alimentar aos animais com necessidades acrescidas, como ovelhas após o parto, as ovelhas com partos gemelares e cordeiros pequenos.

Nos rebanhos de produção de leite é muito mais frequente o recurso a pastagens melhoradas e concentrados, principalmente para as ovelhas em lactação.

No pastoreio de percurso o rebanho anda por todo o tipo de terras, independentemente da titularidade, não entrando nas terras que têm de ser guardadas como, culturas agrícolas, lameiros, plantações e terrenos murados ou sinalizados. A condução e guarda do rebanho é feita com o “saber” próprio do pastor que vai controlando a dispersão / agregação do rebanho, a rapidez de avanço dos animais e se vai posicionando, relativamente ao rebanho, em função das características do terreno. Como já referimos, a presença de um cão-pastor facilita a condução do rebanho.

Durante o Inverno o rebanho costuma passar a noite no alojamento. A localização dos alojamentos varia de aldeia para aldeia, podendo estar dentro da povoação; na sua proximidade; ou fora da povoação, espalhados pelo termo da aldeia.

No Verão, a diversidade na forma de utilização das instalações é muito maior. Há duas alturas de recolha do rebanho: à noite, fora das horas de pastoreio nocturno; e nas horas de calor, quando se diz que o rebanho está “a estiar”, ou está no “bardo”. São poucos os casos em que o rebanho passa a noite no alojamento. No geral, os animais ficam recolhidas em currais ao ar livre, ou em cancelas em pleno campo, para estrumação do solo. Amiúde, o pastor dorme num abrigo móvel (cabana ou carreta) junto do rebanho. Nas horas de calor, alguns pastores deixam o rebanho à sombra (de soutos, olivais ou carvalhais, por exemplo), em cercados ou cancelas, ou mesmo sem qualquer vedação; nalguns casos, os pastores recolhem o rebanho nos alojamentos.

Nos rebanhos de produção leiteira, a ordenha é feita de manhã, antes da saída, e à noite após a chegada. Neste caso, é conveniente que o alojamento esteja localizado próximo da aldeia pois isso facilita as condições para a ordenha. Muitas vezes as ovelhas em lactação são separadas das restantes formando-se assim dois rebanhos distintos, os quais ficam sujeitos a maneio diferenciado.

As épocas de parição, Outono e Primavera, estão ajustadas à oscilação das disponibilidades alimentares, procurando evitar os partos durante as épocas de escassez alimentar. Assim, por exemplo, era frequente a retirada dos carneiros do rebanho, de Janeiro a Abril, para evitar partos nos meses mais quentes e secos. Actualmente, são poucos os pastores que retiram os carneiros e já não é tão evidente a preocupação de concentração de partos. Isto porque, por um lado, os cordeiros são vendidos cada vez mais jovens e, portanto, é menor o período em que têm de ser alimentados, por outro lado, os cordeiros nascidos fora das épocas normais de parição são vendidos em épocas de menor oferta e, portanto, mais caros.

As vacinações e desparasitações dos rebanhos são realizadas pelos Agrupamentos de Defesa Sanitária. Estas organizações surgidas, na sua maioria, nos primeiros anos desta década despertaram, de início, o interesse e entusiasmo dos pastores. Porém, actualmente, esse entusiasmo está-se a desvanecer e, nalguns casos, já passou a reserva ou mesmo relutância.

Todos os pastores possuem, geralmente a um canto do alojamento, fármacos, seringas, e desinfectantes. Servem para tratamento de algumas doenças, que os pastores tratam do modo que aprenderam, com algum vizinho, ou mediante a sagacidade e engenho próprio.

## 2.5- A comunidade

A produção ovina sob o sistema tradicional de exploração é influenciada por vários factores externos à própria exploração. Várias instituições e entidades (por exemplo, autarquias, associações, serviços do Estado, etc.) têm interferência directa ou indirecta na actividade do pastoreio, na definição de normas e regras de utilização do território.

O pastor, integrado na comunidade da sua aldeia, está sujeito aos seus usos e costumes, às formas de relacionamento social, e às regras de gestão do território da aldeia. Estas condições fazem parte integrante do sistema de exploração, pela influência que podem ter na actividade de pastoreio dos rebanhos.

A prática do pastoreio de percurso implica a passagem por locais públicos e por terrenos privados. Muitos dos subprodutos aproveitados encontram-se em terrenos privados. Para conseguir acesso aos recursos alimentares, o pastor tem que saber gerir as suas relações, de cooperação ou de conflito, com a comunidade. É o relacionamento com esta que determina, em larga medida, as relações com o território local, em particular com o espaço de pastoreio.

A comunidade tem regras estabelecidas para a gestão do território e para o controlo e gestão dos conflitos que possam surgir da prática de pastoreio dos rebanhos. Essas regras podem ser resultantes de usos e costumes há muito enraizados na população ou, de uma forma mais formal, resultantes da acção das autarquias ou de organizações formadas no seio da comunidade.

Na maioria das aldeias a actividade de pastoreio é regulada de forma informal, pelos usos e costumes tradicionais. O pastor anda com o rebanho pelo campo, em qualquer terra desde que esta esteja desocupada, e respeitando as terras que são de guardar. Se um rebanho causar algum dano, ele é, geralmente, assumido pelo pastor que se responsabiliza pelo prejuízo. Muito raramente se recorre à GNR para resolver problemas deste tipo.

Nalgumas freguesias, geralmente de aldeias com muitos ovinos onde não existe postura de apascentação, a Junta de Freguesia tomou a iniciativa de regular os possíveis conflitos. Cada pastor deposita, na Junta, uma determinada quantia em dinheiro. O fundo assim criado, será usado para pagamento de danos provocados por rebanhos, de que se desconheça o responsável. Isto raramente acontece, pois os pastores, entre si, são capazes de determinar o autor dos danos.

No concelho de Bragança, uma postura de apascentação camarária, muito restritiva e regulamentadora, teve um grande impacto e foi uma fonte de problemas para os pastores, tendo sido objecto de reclamações que chegaram até à Assembleia da República e Provedor de Justiça, acabando por ser dada razão aos pastores, relativamente aos pontos mais polémicos. É provável que, no futuro, outros concelhos venham a aplicar este tipo de regulamentos. As posturas poderão ser um bom instrumento de regulação do pastoreio, mas deverão contemplar os usos e costumes tradicionais e estar ajustadas ao sistema tradicional de exploração.

Como dissemos já, em várias aldeias de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta existia, até muito recentemente, “a comissão”, instituição não-formal que regulava o pastoreio e os conflitos que pudessem surgir entre proprietários de terras e pastores. Estas comissões não funcionavam todas da mesma forma e os regulamentos eram, por vezes,

bastante distintos. Todas, porém, coincidiam nos aspectos relativos à inscrição dos pastores e na determinação e pagamento de danos. Assim, todos os pastores da aldeia eram obrigados a estar inscritos na comissão e pagavam, anualmente, uma quantia em dinheiro, em função do número de animais adultos. Por sua vez, os proprietários declaravam as terras em que autorizavam a presença de rebanhos e recebiam da comissão uma compensação monetária em função da área de terras postas à disposição do pastoreio. Havendo danos provocados pelos rebanhos, a comissão avaliava o prejuízo (normalmente através de um grupo de avaliadores composto por dois proprietários e um pastor) e estabelecia o montante a pagar pelo pastor responsável pelos danos.

Estas “comissões” estão em vias de extinção e a dar lugar às “associações de agricultores”, sendo estas impulsionadas amiúde pela Junta de freguesia, ou por outras entidades.

Independentemente destas formas de regulação, o pastor tem de saber gerir as suas relações com os vizinhos. Situações de atrito e má convivência são prejudiciais para o pastor na medida em que podem causar problemas à circulação do rebanho e mesmo reduzir o seu acesso aos recursos alimentares. O pastor e os vizinhos da aldeia estabelecem entre si relações de interesse mútuo. Os vizinhos cedem, de forma formal ou informal, autorização para passagem e pastoreio do rebanho, em troca, o pastor retribui, geralmente, com cedência de produtos do rebanho, desde cordeiros, leite, queijo e/ou estrume para as terras.

Por outro lado, é notório que, salvo raras excepções, “o povo” gosta que haja rebanhos na sua aldeia, já que isso facilita o acesso e a compra de produtos desta actividade, com a grande vantagem da “confiança” nessa transacção, pelo conhecimento que têm dos próprios produtos.

### 3- Conclusão

Da análise feita ao sistema tradicional de exploração de ovinos em Trás-os-Montes, salientamos os seguintes aspectos:

- o sistema resulta de uma articulação, bem conseguida, entre os interesses do pastor/criador e as condições específicas do meio físico e social onde está inserido;
- revela racionalidade e equilíbrio na forma de utilização de recursos marginais;
- gera riqueza sem grandes custos de factores de produção e com vantagens do ponto de vista ambiental.

Como qualquer actividade económica, a produção ovina extensiva é dinâmica e está sujeita a uma evolução constante, fruto das alterações e constrangimentos do meio físico e sócio-económico. Neste quadro, qualquer acção de incentivo e apoio externo deverá basear-se no conhecimento aprofundado da interdependência e complementaridade entre os elementos constituintes do sistema tradicional de exploração de ovinos.

## Bibliografia

- BALENT, G.; SMITH, D.M.S. (1993) "Conceptual model for evaluating the consequences of management practices on the use of pastoral resources". In: Brossier, J.; Bonneval, L.; Landais, E. (Eds.) *Systems studies in agriculture and rural development*, INRA, Paris, pp. 215-229.
- BARBOSA, J. Carlos (1993) *Pastores, rebanhos de ovinos e pastoreio - que futuro para o sistema tradicional de exploração?*. Tese de mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural, UTAD, Vila Real.
- COOP, I.; DEVENDRA, C. (1982) "Systems, biological and economic efficiencies". In: Coop, I.E. (Ed.) *Sheep and goat production*, Elsevier, Amsterdam, pp. 297-307.
- CUNNINGHAM, J.M.M. (1982) "Extensive grazing systems". In: Coop, I.E. (Ed.) *Sheep and goat production*, Elsevier, Amsterdam, pp. 331-350.
- LAVÍN, P.; MANTECÓN, A.R.; GIRÁLDEZ, F.J.(1996) "Sistemas de pastoreo y utilización del territorio". *Ovis*, nº 43, Madrid, pp. 11-25.
- OSTY, P.L.; LANDAIS, E. (1993) "Functioning of pastoral farming systems". In: Brossier, J.; Bonneval, L.; Landais, E. (Eds.) *Systems studies in agriculture and rural development*, INRA, Paris, pp. 201-213.
- PORTELA, J. (1986) *Trabalho cooperativo em duas aldeias de Trás-os-Montes*. Editora Afrontamento, Porto.
- PORTELA, J. (1989) "Trás-os-Montes: região verdadeiramente singular". In: *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp.619-627.
- PORTELA, J. (1994) "Agriculture: Is the 'art de la localité' back? The role and function of indigenous knowledge in rural communities". In: Dent, J.B.; McGregor, M.J. (Eds.) *Rural and farming systems analysis - European perspectives*, CAB International, Wallingford, pp. 269-279.
- SORENSEN, J.T.; KRISTENSEN, E.S. (1992) "Computer models, research, and livestock farming systems" In: Gibon, A.; Flamant, C. (Eds.) *The study of livestock farming systems in a research and development framework*, Wageningen Pers, Wageningen, pp. 391-398.
- TABORDA, Vergílio (1987) *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*. 2ª ed. Livros Horizonte, Lisboa.